

## Travestis querem acesso às políticas públicas

**Andréa Lombardo**  
Equipe da Folha

**Curitiba** – As entidades que representam travestis no Brasil querem fortalecer sua organização para garantir o acesso às políticas públicas e aos direitos assegurados na Constituição – como saúde, educação e moradia –, além de transpor os preconceitos. Uma das ferramentas para isso é o projeto Tulipa, que tem como proposta básica formar lideranças e estimular o trabalho em rede. O primeiro encontro de capacitação está sendo realizado, em Curitiba, esta semana, com grupos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os encontros acontecerão na cin-

co macrorregiões do País.

Luana Catroffi, uma das coordenadoras do projeto pela Associação de Defesa e Direitos dos Homossexuais (Adeh), de Florianópolis (SC), disse que os cerca de 40 participantes desse primeiro encontro atuarão como multiplicadores em suas regiões. "As políticas públicas não contemplam nossa classe. Pagamos todos os impostos como qualquer cidadão e não temos nossos direitos garantidos."

O projeto tem apoio técnico, político e financeiro do Ministério da Saúde, explicou o representante do Programa Nacional DST/Aids, Marcos Benedetti. Ele diz que a idéia é dar maior visibilidade às travestis e trans-



Mauro Frasson

*Encontro de capacitação em Curitiba reúne 40 participantes*

gêneros para que essas pessoas se sintam mais seguras ao buscar apoio médico, por exemplo, ou exigir seus direitos ao sofrerem discriminação ou agressões.

A professora de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Maria Tarcisa Bega, foi uma das palestrantes do

encontro que termina amanhã, e falou sobre ética e cidadania. Para ela, é necessário que cada um tenha noção de seus direitos e que os façam valer não só como indivíduo, mas como grupo, e, ao mesmo tempo, possam cobrar do Estado que cumpra sua parte com políticas de inclusão.